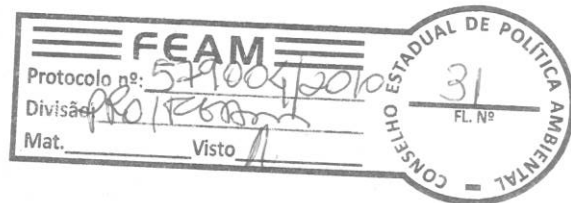


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº: 1546/2008/001/2008

Assunto: Auto de Infração nº 19572/2006, infração gravíssima, porte pequeno.

Interessado: ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA.

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO:

1 – A pessoa física em epígrafe foi autuada como incursa artigo 87, inciso IV do Decreto nº 44.309/06, por ter cometido a seguinte irregularidade: *“O Funcionar sem Autorização Ambiental de Funcionamento, extração de argila para fabricação de tijolos cerâmicos na Fazenda Barreiro, sendo constatada degradação ambiental por intervenção na vegetação em área de preservação permanente”*, com agravante prevista no artigo 69, inciso II, “e”, além da apreensão de 15.000 (quinze mil) tijolos cerâmicos.

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, onde em síntese alega:

- a inobservância da forma e do procedimento eiva o ato de ilicitude, pois anteriormente foi autuado e após a apresentação de defesa o auto foi substituído;
- não há como imputar ao recorrente a prática dos dois autos infracionais diferentes e na obstante o convênio firmado entre a PMMG e o IEF, os policiais não possuem capacidade técnica para este tipo de autuação;
- a autuada não suprimiu vegetação em APP;
- utilizava pequena área para a extração de argila e para fabricação MANUAL de tijolos, sendo que a mata existente em sua propriedade sempre foi objeto de preservação;
- o recorrente é de baixo nível socioeconômico, com pouca escolaridade, pessoa humilde e com pouco conhecimento sobre as exigências legais desconhecendo a necessidade de licenciamento ambiental para exercer sua atividade;
- requer a anulação do auto; substituição do auto e por fim a aplicação de pena de multa com atenuantes descritas no artigo 69 do Decreto nº 44.309/2006.

3 – Análise Jurídica

Preliminarmente, insta salientar que a alegação de que o auto de infração deve ser anulado, como poderemos demonstrar, não procede como provado nos autos, o defendente não sofreu nenhuma penalidade em decorrência da substituição dos autos. Nenhuma razão assiste ao autuado em relação a lavratura do referido auto.

Alega a existência de nulidade do Auto de Infração. Ao contrário do afirmado, o Auto de Infração obedeceu à forma prescrita pela legislação ambiental, posto que presentes todos os requisitos legais enumerados pelo Decreto nº

44.309/06 revogado pelo Decreto 44.844/08 que regulamenta a Lei 7.772/80. O auto em comento descreve as irregularidades e em que dispositivos incorreu a autuada.

Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a validade do Auto de Infração, sendo o fato constitutivo da infração: "A extração de argila sem a devida autorização ambiental de funcionamento", não foi contestada pelo autuado em sua defesa e não foi constatada pelo fiscal a circunstância atenuante requerida pelo autuado.

Por fim, o Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$10.001,00, por ser a mais benéfica ao autuado, com agravante no valor de R\$3.333,66, no valor total de R\$ 13.334,66.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto e diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar auto e a infração cometida, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, e **opinamos pela penalidade de multa aplicada no valor de R\$13.334,66** nos termos dos artigos 87, IV, com agravante prevista no artigo 69, II, "e" c/c com o artigo o artigo 96 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Sugerimos que o **Vice-Presidente da FEAM** mantenha a penalidade de apreensão, devendo ser observado a incidência dos §§2º e 3º do art. 71 do Decreto 44.844/08 e a Nota Jurídica da AGE.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2010.


Carmen Lúcia S. Silveira

OAB/MG 38.838 MASP 1.043.754-9

Procuradoria da FEAM


Joaquim Martins da Silva Filho

OAB/MG16.076 MASP 1043804-2

Procurador-Chefe da FEAM